

Sarney nega retrocesso

Mas adverte que radicalizações dificultam uma política de união nacional

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, voltou a afastar ontem a possibilidade de um retrocesso político no País. Embora admita que há uma apreensão nacional em relação aos graves problemas econômicos que o País enfrenta, não vê a mínima hipótese de esses problemas virem a interferir na abertura democrática.

Ao fazer essa declaração, Sarney observou que há terrenos que extrapolam os interesses partidários exatamente por se constituírem em objetivos nacionais, "e como hoje as aspirações do País se concentram na consolidação da abertura política, desde que seja possível é importante uma união nacional neste sentido, ou pelo menos o ajustamento de posições com vistas ao aperfeiçoamento do processo político".

Lembrou ainda o dirigente do PDS que o chamamento à união nacional foi iniciado pelo próprio presidente Figueiredo, quando estendeu as mãos ao entendimento em seu primeiro discurso. "Entretanto, têm surgido atitudes de

radicalização que dificultam esse entendimento, como aconteceu durante a votação do projeto do Estatuto dos Estrangeiros".

"O PDS jamais será um obstáculo ao entendimento", garantiu ainda Sarney, acentuando ao mesmo tempo que, apesar dessas posturas radicais eventualmente adotadas, a política é um processo dinâmico que comporta muitas modificações, "tanto que temos hoje uma situação melhor do que ontem e amanhã certamente teremos uma melhor que hoje". Uma prova de amadurecimento das lideranças políticas, em sua opinião, foi demonstrada durante o almoço oferecido em homenagem ao ex-presidente chileno Eduardo Frei, "quando parlamentares de todos os partidos sentaram-se à mesma mesa".

Falando em tese, ao mesmo tempo em que se eximia de comentar declarações do Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, para quem, se não houver entendimento, a radicalização se instalará no país por

causa dos problemas econômicos e não haverá eleições em 82, José Sarney preferiu assegurar que não creu que "tenhamos possibilidade de retrocesso político, independente de entendimentos".

Lembrou, então, que até agora as etapas propostas pelo Presidente Figueiredo vêm sendo cumpridas, embora admita que "há apreensão em todas as áreas em relação à gravidade dos problemas econômicos. Mas não creio que eles possam interferir no setor político".

"Viver é difícil" - prosseguiu o parlamentar e mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras, recordando Guimarães Rosa. Depois, afirmou que sempre defendeu um ponto de vista: "não há terreno na política de interesse comum que possa ficar sujeito a interesses pessoais. E o comum reside no interesse nacional".

"Contudo, como viver é difícil e como somos de um processo que deixou marcas profundas", disse o Senador que acha natural essa resistência de parte a parte.

CONSTITUINTE

"A tese da Constituinte com o Congresso a ser eleito em 1982, lançada pelo Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, favorecerá a votação de uma Carta Magna nos termos que os brasileiros querem e a Nação reclama", afirmou ontem o 2º Vice-Presidente da Câmara, Renato Azeredo.

"Em 1983, a Oposição será maioria no Congresso pelo voto livre do povo brasileiro. Quem viver, verá. E terá assim a tarefa histórica de reescrever o pacto social brasileiro de acordo com as correntes dominantes na opinião pública", continuou.

Azeredo lamenta que "se retardar assim em atender as aspirações nacionais. Até lá, lutaremos, porém, através de emendas, para expurgar da Constituição todo o resquício do autoritarismo. E em 1983 teremos a oportunidade de elaborar um texto constitucional moderno, duradouro, marcado de preocupações de justiça social e desenvolvimento".